

APRESENTAÇÃO

Eliana Rosa Sturza

elisturza@gmail.com

Universidade Federal de Santa Maria - RS
Brasil

Este dossiê intitulado **Línguas e Fronteiras: instrumentos linguísticos, práticas linguísticas e espaços multilíngues** tem por objetivo apresentar um conjunto de artigos de autores de diferentes espaços institucionais que abordam, sobremaneira, o tema das línguas e das fronteiras.

Destaca-se, por um lado, a experiência daqueles que têm uma longa jornada como pesquisadores, enfocando questões pertinentes ao tema, a partir de diferentes perspectivas glotopolíticas. Por outro lado, colaboram jovens investigadores que se interessam pelas línguas que circulam nos espaços multilíngues caracterizados por sua diversidade linguística, espaços não menos conflituosos que aqueles que caracterizam as zonas de fronteira na América do Sul, pois são também espaços porosos, de conflito político, social e cultural. Entre outros trabalhos, temos a colaboração de pesquisas que se ancoram em uma visão das políticas linguísticas a partir de análises realizadas em instrumentos linguísticos e documentos históricos.

Os dois primeiros textos de **Liliana Daviña** e o de **Suzana Vinicia Mancilla Barreda** enfocam o contexto da fronteira, as zonas e as bordas; os dois artigos levam em conta pesquisas desenvolvidas ao longo do tempo por suas equipes. **Liliana Daviña** apresenta o percurso das pesquisas que descrevem e discutem as heteroglossias da fronteira a partir de uma perspectiva político-linguística, discursiva e semiótica. **Suzana Mancilla Barreda** busca expor modos de olhar e identificar as convergências culturais que a fronteira em si mesma possibilita e, dá a este esforço de aproximação, um olhar político-linguístico para as manifestações culturais. Deste modo, ambas autoras, nos oferecem um panorama do espaço multilíngue da Fronteira Brasil - Argentina e da fronteira Brasil-Bolívia.

Os dois textos seguintes abordam a gestão das línguas no sistema educacional em instituições de ensino da educação básica e de ensino superior, localizadas em contextos multilíngues. O artigo dos autores **Isis Ribeiro Berger, Cristiane Aparecida Ribeiro Bueno, Andrea Carolina Bernal Mazacotte** problematiza a gestão das línguas no

processo de internacionalização das instituições de ensino superior. O trabalho aponta para os desafios que decorrem da proficiência em línguas nas ações de internacionalização e apresentam um estudo sobre a experiência de dois professores ucranianos na universidade à qual os autores estão vinculados.

Em relação ao trabalho de **Eliana Rosa Sturza e Marlon Araújo Misceno**, a discussão se centra na institucionalização do ensino do Talian /Italiano nas escolas dos municípios que compõem a região da Quarta Colônia de imigração, situada no entorno da Universidade Federal de Santa Maria. O imaginário dos descendentes de imigrantes italianos pauta-se, entre outros aspectos, em aprender italiano também no ensino superior como uma oportunidade. Já, no caso da escola básica, a gestão do ensino das línguas de imigração está fortemente articulada com a educação patrimonial, conforme os documentos oficiais analisados pelos autores.

Por fim, os trabalhos de **Felipe Rodrigues Echevarria** e o de **Evellyne Patrícia Figueiredo de Sousa Costa, Karen Leticia Bueno da Silva, Ana de Nazaré Egas Praia, Daniel dos Santos Teixeira** trazem ao debate político linguístico o que se diz sobre as línguas em instrumentos linguísticos e documentos históricos. Os trabalhos de análise, mostram o registro de um conjunto de usos linguísticos dos falantes em determinados períodos históricos, onde os movimentos nas fronteiras platinas, como expõe **Felipe Echevarria**, produziu uma série de palavras relacionadas ao estilo de vida do homem do campo, o gaúcho, posteriormente registradas em dicionários de regionalismos. Os trabalhos enfocam as línguas em uso em diferentes contextos, no entanto são períodos históricos nos quais a política linguística dava ênfase a língua portuguesa, como língua nacional, e que servia aos propósitos de governos que se pautavam pela proteção à soberania do Brasil. A ideia de defesa da soberania, associada ao uso de única língua nacional e oficial, reforçava a ideia de que a delimitação do território se dava também pelas fronteiras linguísticas, no caso, português e espanhol, bem como com as demais línguas faladas no Brasil, mas não reconhecidas como línguas nacionais, caso das línguas gerais, mais precisamente do nheengatu, dos autores do último texto que encerra este dossiê.